

Dossiê Metodologias de Pesquisa em Psicanálise: Caminhos, Paradoxos e Impasses

Direções de construção metodológica para as pesquisas em psicanálise: o problema da colonização de outros campos do saber

Aline Souza-Martins¹

Resumo

Através da problematização da “outrificação” como estratégia de dominação e exploração característica do sistema capitalista, destaca-se como a própria ciência participa dessa lógica ao produzir sujeitos subalternizados e objetificados, colocados na posição de objetos a serem descritos e analisados por um sujeito suposto neutro e universal. Quando inserida no campo científico e universitário, a psicanálise, assim como outras áreas do conhecimento, opera em meio a disputas epistemológicas que determinam o que é reconhecido como saber legítimo e verdadeiro, reproduzindo, em certa medida, os mecanismos de exploração, expropriação e objetificação próprios do capitalismo. Embora a ética psicanalítica seja marcada pela resistência a esses processos, na disputa narrativa ela pode incorrer em formas de manutenção de poder. A epistemologia feminista pode evidenciar pontos de tensão para a construção da metodologia nas pesquisas em psicanálise na universidade. Como forma de problematizar essa questão, foram propostas, neste artigo, associações imagéticas, a fim de evidenciar tendências metodológicas de pesquisas, como “pesquisas-ilha”, “pesquisas-servis”, “pesquisas-mestre” e “pesquisas-encontro”. Esta última, inspirada na proposta de uma ética relacional, aponta para uma posição não colonizadora nas pesquisas entre áreas distintas. Assim, entendemos a construção metodológica inspirada na construção do caso clínico como uma direção para as metodologias em psicanálise implicada que resistem à tendência colonizadora.

Palavras-chave: Psicanálise, Metodologia, Epistemologia feminista.

Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?

Donna Haraway (1995)

INTRODUÇÃO: VOLTANDO ALGUNS PASSOS: PSICANÁLISE NA CIÊNCIA

A Epistemologia é o ramo da filosofia que se debruça sobre a questão da produção de conhecimento. A etimologia nos revela que é uma palavra grega formada pelo radical

¹ Professora de Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP (São Paulo, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7391-2551>. E-mail de contato: asmartins@usp.br.

ἐπιστήμη, que significa episteme (conhecimento científico), e λόγος, logos (discurso, estudo de), ou seja, é o estudo do ato de produção do conhecimento científico. Embora nem sempre seja evidenciada em um texto acadêmico, ela é o campo filosófico que sustenta uma teoria sobre o que é o conhecimento científico, quais seus limites, critérios, validade e verdade e a relação entre sujeito e objeto daquele campo, e assim fundamenta as escolhas de pesquisa. Ela está por trás das escolhas metodológicas de uma pesquisa, que são os caminhos concretos usados para responder à pergunta que motivou a pesquisa. São procedimentos, técnicas e estratégias usadas para produzir dados, que serão analisados, descritos e interpretados. Esses dados podem ser qualitativos ou quantitativos, entrevistas, observação participante, análise do discurso, etnografia, estudo de caso ou casos clínicos. Assim, a epistemologia orienta e justifica a escolha metodológica, define o que será considerado um dado válido ou importante, e como interpretá-lo para que ele seja considerado como produtor de conhecimento científico. A operação de produção deste conhecimento terá inúmeros caminhos possíveis que serão definidos no nível prático-operacional pela construção metodológica.

O estudo da epistemologia se faz imprescindível em todas as áreas do conhecimento da natureza e das humanidades, mas é principalmente nas ciências humanas – e aqui pensaremos mais especificamente na psicanálise – que a análise epistemológica evidencia o potencial político da metodologia no questionamento das formas de produção do conhecimento considerados válidos na atualidade. No início do texto “Os instintos e seus destinos” (1916)², Freud descreve a ciência como construção teórica que recobre a experiência, mas subordinada à realidade empírica. A citação abaixo, tão clássica quanto longa, é imprescindível para entender e justificar o método na psicanálise:

O verdadeiro início da atividade científica está na descrição de fenômenos, que depois são agrupados, ordenados e relacionados entre si. Já na descrição é inevitável que apliquemos ao material certas ideias abstratas. . . . Primeiro elas têm de comportar certo grau de indeterminação; é impossível falar de uma clara delimitação de seu conteúdo. Enquanto se acham nesse estado, entramos em acordo quanto ao seu significado, remetendo continuamente ao material de que parecem extraídas, mas que na realidade lhes é subordinado. Portanto, a rigor elas possuem o caráter de convenção, embora a questão seja que de fato não são escolhidas arbitrariamente, mas determinadas por meio de significativas relações com o material empírico – relações que acreditamos adivinhar, ainda antes que possamos reconhecer e demonstrar. Apenas depois de uma exploração mais radical deste âmbito de fenômenos podemos apreender seus conceitos científicos fundamentais de maneira mais nítida e modificá-los progressivamente, tornando-os utilizáveis em larga medida e ao mesmo tempo livres de contradição. Então pode ser o momento de encerrá-los em definições. Mas o progresso do conhe-

2 A tradução do termo *Trieb*, em alemão, está em disputa na psicanálise brasileira. Por um lado, Luiz Hanns e outros defendem a tradução em português como “pulsão”, termo mais usado no Brasil; por outro lado, Paulo César de Souza e outros defendem a tradução como “instinto”, pensando nos termos coloquiais usados por Freud. Como o conceito de *Trieb* não é central para este trabalho, entendemos que não é necessário problematizar essa tradução aqui, mas mantivemos instinto pois usamos a versão de Paulo César da Companhia das Letras como texto base.

cimento também não tolera definições rígidas. Como ilustra de maneira excelente o exemplo da física, também os “conceitos fundamentais” fixados em definições experimentam uma constante alteração de conteúdo (Freud, 1916/2010, pp. 51-52).

A partir dessa exposição, entendemos que Freud (1916/2010) disputa o campo da ciência em sua época e que embora a psicanálise não se limite ao que alguns epistemólogos chamaram de ciência, ela ainda hoje encontra um lugar nas universidades e nas pesquisas científicas. A partir da Teoria da Revolução Científica, de Thomas Kuhn (1962/2003), um paradigma científico é um conjunto de crenças, valores, técnicas e conceitos compilados pelos membros de uma comunidade científica específica. Este paradigma servirá ao propósito de fornecer um modelo de análise para os problemas científicos pelo tempo que for conveniente, e periodicamente será substituído por modelos mais atuais, em um processo de revolução científica constante. Para essa abordagem epistemológica, todas as teorias são, em um certo momento, passíveis de serem surpreendidas por anomalias inexplicáveis. Tais anomalias causam uma crise no paradigma vigente, mobilizando a descrença da comunidade científica e impulsionando novos pesquisadores a proporem novas teorias e paradigmas. Isso resultará em uma ruptura na comunidade científica e na consolidação de um novo paradigma. Este último nada mais é do que uma matriz disciplinar, ou seja, um mapa a ser utilizado pela comunidade científica no âmbito de determinada disciplina, que forneceria as interlocuções entre os diversos conceitos e pressupostos compartilhados (Appolinário, 2012).

Para a epistemologia de Thomas Kuhn (1962/2003), a ciência é aquilo que está consolidado em um paradigma, entendido como um grande consenso de terminologia, validade interna, manuais, livros e obras escritas, sendo também passível de uma crise que conduzirá a um novo paradigma. Nesse sentido, poderíamos dizer que a psicanálise é uma ciência, pois possui vocabulários (Laplanche & Pontalis, 1991) e dicionários (Mijolla, 2005), tem uma prática clínica de mais de 100 anos em diversos países no mundo, tem orientações clínicas na grande obra fundacional de Freud, com mais de 20 volumes, e inspirou uma grande diversidade de autores psicanalistas, psiquiatras e filósofos que escreveram uma infinidade de artigos e livros sobre ela.

Portanto, ao se falar em método psicanalítico, estamos apostando em uma forma não tradicional e positivista de produção de conhecimento, para a qual é preciso extrapolar o Princípio da Falseabilidade, de Karl Popper, e apostar que não existe uma ciência única, mas que ela é sempre um sistema ordenado e coerente de proposições, baseados em alguns princípios, cuja finalidade é descrever, explicar e prever um conjunto de fenômenos por suas leis (Chauí, 2000).

A psicanálise não se encaixa no modelo racionalista, segundo o qual a ciência prova a verdade racionalmente através do modelo hipotético-dedutivo, no qual a definição do objeto e suas leis permite a dedução das propriedades, efeitos e previsões. Também não se confirma pelo modelo empirista, no qual a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observação e experimentos que permitem estabelecer induções, oferecendo a definição do objeto, de suas propriedades e leis através do pensamento hipotético-indutivo.

Talvez o modelo construtivista, iniciado no século XIX, nos sirva como justificativa, pois por meio dele foi possível pensar a ciência como construção de modelos explicativos, coerentes

com os princípios que orientam a teoria, criados a partir da observação e experimentação e abertos para que os resultados possam alterar o modelo constantemente (Chauí, 2000).

Certamente, como uma ciência do século XIX, a psicanálise só pode ser pensada dentro dessa concepção de ciência construtivista, que comporta o movimento, a contradição e o não representável na sua racionalidade, pois o sujeito da psicanálise é o sujeito do inconsciente, indemonstrável, não-quantificável e suposto. Portanto, é preciso apostar no saber, e as construções teóricas sobre esse objeto-sujeito precisam comportar o não-saber como pressuposto, pois “a psicanálise demonstra que qualquer tentativa de dizer toda a verdade está fadada ao fracasso. Há um furo no saber que advém de seu pressuposto básico: o sujeito da psicanálise, o sujeito dividido” (Mezêncio, 2004, p. 110).

Na experiência analítica, operamos com o dizer e não com o escrito. Na ciência, o real é efeito do escrito, se consideramos a definição de Lacan de que a lógica é a ciência do real. O real da psicanálise é o impossível de escrever a relação sexual. Tomar a palavra em psicanálise coloca em jogo a transferência e a verdade – esta como efeito, aquela como resultado – e o que se revela é o saber implícito na linguagem: castração para Freud, impossível do sexo para Lacan. É o que a transferência busca suprir, manifestando-se como amor ao saber. A regra fundamental da associação livre suspende a necessidade da coerência, é uma permissão para ser incoerente que possibilita que a verdade buscada pela análise aí se possa produzir (Mezêncio, 2004, p. 111).

Voltando alguns passos, Freud define a psicanálise, portanto, como um método tanto de investigação quanto de tratamento, que produz conhecimentos psicológicos novos a partir dos seus objetos, os quais são fenômenos psíquicos “difícilmente acessíveis” ou, em outras palavras, inconscientes. Para Freud, “tudo o que é reprimido tem de permanecer inconsciente, mas constatemos logo de início que o reprimido não cobre tudo que é inconsciente” (Freud, 1916/2010, p. 100). Seu conteúdo também é composto por tudo aquilo que é representante das pulsões, regido pelos mecanismos dos processos primários (principalmente condensação e deslocamento) e por desejos da infância fixados no inconsciente.

Os objetos de estudo psicanalítico são compostos pelo que escapa à consciência e à representação, e que, embora não apareçam, produzem efeitos, o que obrigou seus pesquisadores a criarem uma metodologia nova, capaz de investigar fenômenos apenas pelas suas manifestações, que escapam pelas bordas do consciente em formações de compromisso deformadas pela censura. Para Freud (1923/2011):

A psicanálise é o nome: 1) de um procedimento para a investigação de processos psíquicos que de outro modo são difícilmente acessíveis; 2) de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação; 3) de uma série de conhecimentos psicológicos adquiridos desta forma, que gradualmente passam a construir uma nova disciplina científica (p. 274).

A psicanálise, portanto, é em si um método de investigação da verdade inconsciente inapreensível, mas passível de construções hipotéticas através da análise de atos falhos, sintomas, sonhos, lapsos, chistes, negações e tudo o que escapa despretensiosamente nas bordas do consciente escrito, dito ou feito. Esse método pode ser usado tanto para fenômenos individuais quanto grupais ou históricos, como Freud mostrou em seus textos *Totem Tabu*

(1913/2013), Moisés e o Monoteísmo (1939/2018) ou Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921/2011), entre outros.

Nasce com a psicanálise uma nova epistemologia que reivindica a condição de ciência para um tipo de pesquisa em que a replicação e a verificação são impossíveis, pois seu objeto, além de inapreensível, é mutável e subjetivo. Entretanto, para continuar exercendo sua práxis de mais de duzentos anos, a psicanálise passou a ocupar espaço dentro das universidades, tanto nos cursos de saúde, como psicologia, medicina e enfermagem, quanto nas ciências humanas, como filosofia, sociologia, comunicação e direito. Nesses espaços, ela disputa a narrativa sobre a verdade, sem se colocar nesse lugar, mas oferecendo uma resposta alternativa a partir de sua própria ética.

Neste artigo, pretendemos abordar algumas problemáticas do encontro da psicanálise com outros campos do saber, trazendo críticas feministas sobre a criação de um outro subalterno como forma de dominação, a fim de repensar a psicanálise implicada. Essa posição problematiza as relações de poder que estão envolvidas na narrativa sobre a produção da verdade na universidade e a forma como a psicanálise lida com elas ao ocupar esse espaço.

Ao final, propomos uma forma de abordar a metodologia psicanalítica inspirada na teoria da construção do caso clínico, sugerindo o encontro entre campos como uma ética relacional, tendo como horizonte evitar a outrificação e colonização de outros campos do saber.

Poder na produção do conhecimento e da verdade

Depois de passar brevemente pelos autores conhecidos do campo da epistemologia, como Karl Popper e Thomas Kuhn, interessa-nos o debate proposto nas décadas de 80 e 90 pela filósofa e zoóloga Donna Haraway, professora de História da Consciência, que atualiza a denúncia de Foucault (1999) no artigo “A casa dos loucos”, de que

a verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada, mas suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meios de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método (p. 192).

way (1995), no texto “Saberes Localizados”, questiona a política por trás da epistemologia, evidenciando o jogo de poder na construção do que será descrito como verdade. Assim, a autora desloca o lugar de verdade neutra do saber científico para um discurso no jogo de poder, destacando o caráter interpretativo da percepção de quem produz e lê ciência, percepção essa que é ativa e localizada ao construir modos de ver que se traduzem como modos de vida.

Para a autora, “[A] ciência – o jogo real, aquele que devemos jogar – é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo” (Haraway, 1995, pp. 9-10). Assim, toda forma de visão comporta em si uma infinidade de pontos cegos, que necessariamente violentarão a perspectiva do outro.

Para a autora, os subjugados não estão isentos da violência de seu próprio olhar, mas como nunca ocuparam o lugar da neutralidade, já nasceram advertidos da parcialidade

do saber universal. A neutralidade viria de possibilidade de localizar de onde falamos, uma tentativa ética, já frustrada de início, de se colocar no lugar do outro, não ocupando nunca o lugar do “ser”. Em outras palavras, não se sentar no trono do poder que subjuga outras formas de conhecimento.

Essa perspectiva evitaria a fidelidade e a alienação apaixonadas, pois, ao se posicionar, o pesquisador demonstra estar advertido da violência inerente à sua própria perspectiva. Em um texto anterior, Haraway (1984/1994) questiona a lógica política de um modo de fazer ciência, baseado na guerra e na disputa. Essa visão aponta o dualismo como estratégia que sustenta a dominação por meio da localização da unidade e da verdade da razão no “eu”, enquanto ao “outro” caberia a experiência do dominado, do diferente, do irracional e do exótico.

Para Haraway, não é por acaso que as mulheres, os negros, a natureza, os trabalhadores e os animais ganham o estatuto de “outro” na ciência. Essa inegável diferenciação valorativa entra na esteira de outras dicotomias históricas criadas para a dominação, como mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, todo/parte, agente/recurso, criador/criado, ativo/passivo, certo/errado, Deus/Homem e sujeito/objeto (Haraway, 1984/1994).

Essa discussão metodológica não só questiona a universalidade do positivismo, como também aponta para a necessidade de pensarmos as relações de poder dentro do que é chamado de ciência. Não por acaso, uma série de pesquisadores cujos corpos são marcados por questões coloniais, de raça, classe e gênero (Haraway, 1995) questionam a forma da produção de conhecimento considerada neutra.

Estamos diante de uma retomada dos mecanismos perversos da descorporificação do saber, que servem para encobrir e perpetuar a dominação, ponto que desenvolvemos anteriormente ao evidenciar a relação entre poder e corpo, que ficam reprimidos por trás do texto quando ele não localiza a teia de poder por implicada na própria escrita.

Glória E. Anzaldúa, uma escritora e estudiosa norte-americana que se debruçou sobre a cultura chicana, faz um apelo às mulheres de cor do terceiro mundo a escreverem, independentemente das dificuldades da falta de recursos, de lugar, de valorização e de reconhecimento. Diferente das mulheres brancas europeias, convocadas por Virginia Woolf a terem um quarto e recursos para escrever, as mulheres de cor, não brancas, enfrentam profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero para terem condições de se manifestar no mundo das ideias. Anzaldúa (2000), entretanto, convoca-as a subverter os mecanismos de poder e a se inscreverem como resistência:

Esqueça o quarto só para si – escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador – você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por paixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever (p. 234).

Apesar de Anzaldúa se referir inicialmente à literatura, esse texto invoca uma reflexão sobre a política da ciência e seus mecanismos de poder: quem escreve, o que escreve, com quais recursos, de que lugar, em que formato, o que significa o ato de escrever e o que é valorizado.

Essas perguntas questionam a epistemologia em seu vetor político, tirando a ciência do lugar de “deus da verdade inquestionável”, maculando a neutralidade para evidenciar as marcas do poder na produção do conhecimento válido na atualidade.

Influência do capitalismo na outrificação

A psicanálise que se propõe a dialogar com o saber científico e está dentro das universidades “faz parte do jogo da ciência” e da disputa pelo reconhecimento do seu campo e, conseqüentemente, do jogo político que envolve a divisão de verbas, espaço e influência na sociedade. Essa disputa é importante para que o inconsciente não seja reprimido na cultura e na ciência, ou tomado como erro de adaptação.

Nesse sentido, a psicanálise faz parte da disputa estratégica pelo campo da ciência e da verdade. Estratégica pois não se trata de sucumbir aos limites epistemológicos do que é considerado ciência neste momento histórico, tampouco renunciar às críticas à ciência e aos seus limites, ou às especificidades das diferentes psicanálises. Trata-se de compreender que o campo da ciência é construído por disputas, como qualquer outro.

Nesse sentido, também a própria psicanálise se constitui a partir de uma teia de relações de poder e, como a ciência, ela também pode se colocar como neutra, universal e não localizada. A partir desse lugar, a psicanálise pode incorporar o modelo de “outrificação”, colocando-se no lugar do uno e do agente interpretador do objeto a ser descrito, sendo que esses “outros” podem ser tanto pessoas como campos do saber.

No sistema socioeconômico do capitalismo uma das principais engrenagem de sustentação da exploração é a “objetificação”, ou seja, transformar os sujeitos em objetos a serem explorados e descritos. Para o filósofo alemão Axel Honneth (2018), em seu estudo sobre a luta pelo reconhecimento, a reificação ou coisificação acontece quando as pessoas se relacionam com a técnica de forma supervalorizada e fetichizada, a ponto de torná-la o objeto central da vida.

Nesse processo de ter a vida mediada pela técnica, os sujeitos perdem traços da subjetividade e individualidade, provocando não apenas que os seres humanos sejam tratados como objetos a partir do modelo da mercadoria, mas que considerem a si mesmos de maneira reificadora, adotando um hábito de observação indiferente e instrumental.

Para o autor, esse processo ocorre quando há a perda da capacidade de reconhecer o outro e tratá-lo como próximo, ou seja, “na relação do ser humano com seu mundo, o reconhecimento (*anerkennen*) sempre antecede o conhecer (*erkennen*), de tal modo que por reificação devemos entender uma violação contra essa ordem de precedência” (Honneth, 2018, p. 71, grifos nossos).

Essa crítica não é nova, tem sido desenvolvida sob diversos nomes por feministas negras, como Patrícia Hill Collins e Grada Kilomba, com o nome de “outridade”. Em outro texto, analisamos como esse modelo, que faz parte do sistema de exploração capitalista, também pode ser visto como o discurso que feminiza todos aqueles que são colocados nesse lugar de “outro” ou de “objeto”, como a população negra, os indígenas e todos os descritos como subalternos por Gayatri Spivak (2019) (Martins et al., 2013).

Para Silvia Federici (2017), a origem da diferença entre papéis sociais de gênero ocorre por uma necessidade de exploração do trabalho de cuidado na implementação do sistema capitalista. Esse trabalho de reprodução da vida, que envolve os cuidados necessários para gerar, criar e manter os filhos vivos, também é necessário para garantir a sobrevivência de todos, incluindo tarefas como cozinhar, limpar, lavar, observar atentamente a presença de doenças, regular emocionalmente e ensinar as mínimas atitudes que garantem a criação de um ser humano.

No capitalismo, esse é um trabalho dito e naturalizado como um trabalho feminino, não remunerado e desvalorizado. A exploração desse trabalho é necessária para que a conta do lucro seja positiva. Essa divisão impõe uma desigualdade entre funções, implicando em uma dominação na qual existe um lugar de agente decisório, que detém o poder da interpretação, e outro lugar de objeto, que executa o trabalho explorado.

por razões históricas, a *mulher enquanto função-trabalho* se tornou um dos pilares de sustentação desse modo de produção. Mais que isso. Ao capital não interessam as determinações abstratas do feminino se ele é performatividade, devir ou identidade, a não ser circunstancialmente, pois nada impede que outros grupos sociais subalternizados (racializados ou mesmo provenientes de processos migratórios) possam assumir o lugar do feminino de modo a realizar sua função-trabalho (Ramos & Piazzola, 2025).

Por esse motivo, nosso sistema econômico depende da complexa relação entre classe, raça e gênero, bem como do colonialismo, para a criação ideológica do outro – objeto a ser explorado, que justifica a transformação da diferença em desigualdade, tornando natural a exploração e violência.

Poder no encontro da psicanálise com outras áreas

São conhecidos os textos de Freud nos quais ele dialoga com a literatura, como “O estranho”; ou com a antropologia, como “Totem e Tabu”; com a teologia, como “Moisés e o Monoteísmo”; ou ainda com a neurologia, em seus primeiros textos. Lacan também dialogou com a filosofia, literatura, matemática, artes e física. Ou seja, a psicanálise se colocou e se coloca recorrentemente em diálogo com outros campos do saber, o que gerou uma divisão entre uma psicanálise autointitulada “pura” e outra, que seria “aplicada”.

Essa separação estratégica já demonstra uma relação de poder, na qual a análise dita “de consultório” se coloca em uma posição privilegiada em relação a todas as outras formas de pensar a psicanálise, como o seu uso no sistema público de saúde, nas instituições, nas clínicas públicas, no acompanhamento terapêutico, nas análises literárias, sociológicas e outros. Rosa et al. (2017) fizeram uma crítica a essa divisão já em 2017, expondo que “a psicanálise não se sustenta enquanto um campo de saber se não houver essa intersecção” (p. 360) e propondo o termo “análise implicada” para pensar casos clínicos na encruzilhada das relações de poder, como os de população em situação de rua, imigrantes, população negra etc.

A psicanálise, portanto, é uma teoria que advém inicialmente da clínica e tem o potencial de produzir um conhecimento sobre a subjetividade por meio da análise do inconsciente, que pode contribuir com diversas áreas. Assim, existem pesquisas que utilizam

metodologias variadas dentro da psicanálise, que dialogam com outros campos, buscando incluir as especificidades do sujeito.

Podemos identificar um grupo de “pesquisas-ilha”, aquelas que não dialogam com outros campos. Para elas, a psicanálise deve se manter pura, exigindo uma fidelidade teórica ao seu próprio campo para que o sentido da teoria pareça o mais coerente possível. Geralmente, recomenda-se não utilizar autores psicanalistas de outras correntes, mantendo-se sempre dentro da mesma perspectiva, ou grupo. Chamaremos de “pesquisas-servis” aquelas que se colocam em um papel subserviente: o saber está unicamente com o outro campo, cabendo ao nosso adequar-se à lógica e à metodologia desse campo, que se coloca em uma posição de deter o poder da verdade. Por fim, as “pesquisas-mestre” são aquelas que se colocam como grandes interpretadoras de outras áreas, obras e pessoas, moldando-as a partir das teorias para caberem em sua lógica.

Este terceiro tipo de relação porta uma tendência colonizadora. Para Kelly Oliver (2004), filósofa norte-americana, a colonização do espaço psíquico é a descrição de uma força de opressão que determina o sujeito, não apenas de fora para dentro, mas também como uma força que se instala nos próprios processos subjetivos. Retomando Fanon (1952/2008), essa é a força “depositada dentro dos ossos” dos oprimidos, que sustenta as posições de privilégio dos opressores.

Para nossa sorte, Lacan já fez a crítica à impostura da criação de sentidos estabilizados, o que não nos deixa acreditar cegamente no apaziguamento que criamos com a teoria única e nos leva a propor uma quarta modalidade, as chamadas “pesquisas-encontro”.

A psicanalista Jéssica Benjamin (1988) aponta para a necessidade de atenção à criação de relações sujeito-sujeito, e o psicanalista Stephen Frosh (2010) extrapola essa ideia para a relação da psicanálise fora da clínica, com outros campos do saber. A ideia principal é que, ao irmos ao encontro de outro campo do saber, o objetivo seja escutar para se modificar, e não apenas usar o outro como receptáculo passivo das nossas teorias.

Na psicanálise, iniciamos a teorização a partir dos casos clínicos, que podem servir de guia ético para pesquisas clínicas e teóricas. Faremos, portanto, a construção metodológica como construção do caso. O caso é uma narrativa em torno de um acontecimento de queda do narrador, um enigma que se instaura e põe o sujeito na posição de construir sentidos, mesmo que sejam singulares e transitórios.

Destacamos três aspectos constituintes e enodados na construção do caso clínico, inspirados em texto anterior “Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso clínico” de (Martins et al., 2013), no qual dialogamos com uma série de pesquisas sobre a construção dos casos clínicos. Portanto, poderíamos dizer que o caso nos serve como ética para a pesquisa em psicanálise.

Retomaremos três aspectos do caso a serem desdobrados como aspectos da pesquisa: a marca, a construção e a transmissão. Segundo Dumézil (1989), a *marca do caso* é o enigma que motiva o analista a se colocar no trabalho de elaboração de uma narrativa. Podemos traçar um paralelo desse aspecto com o enigma que motiva uma pesquisa em psicanálise: ele está relacionado à singularidade e à história do pesquisador que o levaram ao trabalho, o que

mostra como os pesquisadores estão implicados “até os ossos” (relembrando Fanon) com o enigma das suas pesquisas.

Um segundo aspecto é o caráter de *construção* dos casos, o que demonstra um compromisso com o abandono do ideal da verdade como única e inquestionável. A construção evidencia a posição ética de circunscrever a teoria como um sentido criado dentro de um contexto, historicizando um sujeito que interroga uma teoria para fazê-la avançar.

O terceiro ponto seria o efeito de *transmissão* do caso, que retoma a transformação da vivência em experiência a ser narrada em uma dupla direção: tanto na elaboração para quem fala quanto para quem escuta o caso. Nas pesquisas, aqueles que escutam a transmissão têm a possibilidade de receber o testemunho do cálculo do reconhecimento feito pelo pesquisador, no qual existe uma modificação da teoria a ser endereçada a um campo. Ou seja, a partir da suposição do encontro com o outro, que vai receber a narrativa de uma pesquisa, a teoria também se modifica (Martins, 2017).

Portanto, na psicanálise, consideramos que existe uma língua criada por cada sujeito como expressão de sua singularidade. É tarefa do psicanalista, esteja ele atendendo em sua clínica ou realizando pesquisa, a escuta atenta da experiência do outro, inclusive quando este outro é um campo do saber. Cada experiência de pesquisa psicanalítica se torna singular nesse aspecto, pois envolve um processo repleto de conflitos e frustrações, inseridos em uma história. Ou seja, perder o controle é necessário para se encontrar com a novidade que a pesquisa porta, como nos diz Figueiredo (2002):

A pesquisa científica acaba sempre, paradoxalmente, dependendo de acontecimentos e movimentos que escapam à posição teórica e à sua racionalidade. Os avanços científicos acabam dependendo de fatores de acaso, surpresa, susto, decepção, frustração e etc. Em outras palavras, mesmo que a atividade científica exija razão e planejamento, estas dimensões, por si só, não garantem aquela autonomia e exterioridade do objeto . . . Há nesse caso tanto uma perda de si como sujeito soberano da razão e da vontade, como uma perda de objetos que se supunha estivessem sob o controle da teoria (p. 132)

Esta formalização marca o próprio ato de pesquisa pela dialética entre o espaço de ignorância e o desejo de conhecer, tocando, de alguma forma, o real, tanto do pesquisador quanto do sujeito ou campo pesquisado. Como nos diz Miriam Debieux Rosa (2017), é por meio dessa “escuta” do que não pode ser dito que algo novo pode emergir como denúncia do inaudível de uma situação de dominação, exploração ou exclusão. A possibilidade de “pesquisa-encontro” consiste na pesquisa como ética do caso clínico, na qual o encontro e escuta com o outro como sujeito que diz de si é obrigatório.

Como exemplo dessa relação, na sessão seguinte há uma possibilidade de pesquisa no campo interdisciplinar entre psicanálise e literatura.

Psicanálise e literatura

Para Stephen Frosh, psicanalista inglês, no capítulo sobre a relação entre psicanálise e literatura do livro “Psychoanalysis outside the clinic” (2010), esse encontro ocorre em uma dupla via: como Psicanálise da literatura, que utiliza conceitos psicanalíticos como forma de

interpretar outros campos, dentre eles textos literários; ou uma Psicanálise como literatura, que vê o discurso dos pacientes como texto a ser analisado, reconhecendo que a própria escrita psicanalítica é retórica, narrativa e figurativa, e que a interpretação depende do encontro subjetivo entre o pesquisador e o pesquisado, não só de “dados” objetivos. Para o autor, “a psicanálise, portanto, não é literária apenas porque precisa ser expressa em forma narrativa; ela também trata seus pacientes como seres literários, personagens em busca de histórias que façam sentido” (Frosh, 2010, p. 84, tradução nossa).

A psicanálise pode fornecer ferramentas para iluminar zonas de ambivalência, fantasia e conflito, mas também tem o potencial de “fechar” as possibilidades da obra em sentidos únicos, atrelados a reduções por análises selvagens dos autores. Também é necessário lembrar que a posição do leitor de uma obra nunca é neutra, e tampouco na psicanálise. Ambos contêm a posição afetiva de quem analisa a narrativa. Por fim, entendemos que a forma de uma narrativa revela os processos psíquicos até mais que o conteúdo de um texto, ou seja, as metáforas, metonímias, polissemias e vozes narrativas performam o que as teorias nomeiam. Para Frosh (2010) há:

paralelos promissores entre a análise do discurso dos pacientes e a análise de outros tipos de texto, incluindo os literários. Em particular, a psicanálise lacaniana refuta o que considera a tarefa “imaginária” de produzir leituras completas ou explicações do significado inconsciente. Para Lacan, o significado é um fenômeno “retroativo”, produzido após o acontecimento como uma forma de encerrá-lo; por exemplo, o sentido de uma frase é determinado apenas em seu final (p. 89, tradução nossa).

Assim, para Frosh, é necessário evitar psicobiografismo e diagnósticos do autor que fixam interpretações únicas; a teoria não deve ser tomada como tribunal do texto ou de quem o escreve. O impulso da superexplicação no encontro com o texto o empobrece, enquanto a manutenção das opacidades e silêncios mantêm a polissemia de possibilidades interpretativas. Recuperando Felman (1982), Frosh diz:

o método tradicional de aplicação da psicanálise à literatura estaria aqui, em princípio, descartado. A noção de aplicação seria substituída pela noção radicalmente diferente de implicação: trazer questões analíticas para as questões literárias, envolvendo a psicanálise na cena da análise literária. O papel do intérprete aqui não seria aplicar ao texto uma ciência adquirida, um conhecimento pré-concebido, mas atuar como mediador, gerando implicações entre literatura e psicanálise – explorar, revelar e articular as várias formas (indiretas) pelas quais os dois domínios de fato se implicam mutuamente, cada um encontrando-se esclarecido, informado, mas também afetado e deslocado pelo outro (Frosh, 2010, p. 91, tradução nossa).

Essas atitudes marcariam uma posição ética da psicanálise em relação aos outros campos do saber, inclusive em relação à literatura: uma ética relacional que implica ler o outro campo com reconhecimento da alteridade do texto e dos sujeitos implicados, buscando um diálogo sujeito-sujeito. Isso marcaria uma interpretação responsiva e autorreflexiva, que também problematiza o desejo de interpretar como risco de colonizar o texto com categorias clínicas. Essa chave de leitura impede que a psicanálise se apresente como leitura soberana de outros campos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MÚLTIPLAS CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA PARA A METODOLOGIA EM PSICANÁLISE

Entendemos que a problematização da epistemologia e da disputa narrativa sobre a verdade faz parte das questões que assolam a presença da psicanálise na universidade. Nesse sentido, quando inserida no campo científico e universitário, a psicanálise, como outras áreas do conhecimento, opera em meio a disputas epistemológicas que determinam o que é reconhecido como saber legítimo e verdadeiro, reproduzindo, em certa medida, os mecanismos de exploração, expropriação e objetificação próprios do capitalismo.

Embora a ética psicanalítica seja marcada pela resistência a esses processos, na disputa narrativa ela pode incorrer em formas de manutenção de poder. Assim, a partir de uma crítica feminista, entendemos que a “outrificação” como estratégia de dominação e exploração denuncia um modo de funcionar do sistema capitalista, no qual também a ciência está inserida, com suas inúmeras lógicas de criação e aprisionamento de alguns sujeitos e campos outrificados e subalternizados.

Nesse cenário, a psicanálise está dentro do jogo de poder do que é considerado como ciência, que não só legislará sobre o saber dito científico como também define o que pode ser considerado a verdade. Esse é um processo que acontece dentro do sistema socioeconômico do nosso tempo, e como qualquer produção capitalista, é dependente de exploração, expropriação e objetificação do outro.

Assim, apesar da psicanálise ter como ética a resistência a este processo, pode recair na manutenção de posições de poder em relação a outros campos. Para sugerir formas de advertência a essa tendência colonizadora, propusemos imagens de categorização de pesquisas pelo tipo de diálogo que exercem na relação com outros campos: “pesquisas-ilha”, “pesquisas-servis”, “pesquisas-mestre” e “pesquisas-encontro”, que evidenciam a relação de poder imposta na interação. Dessa forma, a metodologia pode ser vista como parte de uma construção ativa e localizada que se insere nas relações de poder, o que foi descrito a partir da teoria da construção do caso clínico.

Enfim, para problematizar a construção metodológica que não se furta a analisar seu próprio exercício do poder, entendemos as advertências abaixo como pontos de atenção para uma psicanálise implicada, que resiste às suas próprias formas de dominação e tendências colonizadoras.

1. Não há neutralidade, portanto, os pesquisadores devem localizar sua produção de conhecimento dentro do universo discursivo de onde vieram, para serem honestos no jogo de poder da ciência.
2. Ao se colocarem na relação de pesquisa, faz-se necessário estar atento ao processo de “outrificação” do nosso sistema: entender os sujeitos da pesquisa como aqueles que detêm o saber sobre si inverte a transferência, e supõe o saber no outro sujeito, o que nos leva a perder o controle e mudar nossas hipóteses iniciais, favorecendo o avanço do conhecimento.

3. A metodologia em e com a psicanálise deve acompanhar o sujeito pesquisado, constituindo-se singularmente, como o caso, e não amputando o sujeito para caber na metodologia. Dessa forma, a descrição metodológica começa como um guia e terá que ser reescrita, como um mapa que, por fim, descreverá o caminho que foi necessário para o encontro com o enigma proposto.
4. Analisar a relação de poder nas as referências bibliográficas a partir da teoria do discurso, tanto no próprio texto quanto em suas fontes. Pensar a política de citações para que não haja a perpetuação do apagamento do trabalho intelectual de pesquisadores subalternizados.
5. Procurar diversificar as leituras, sem proibições, mas com o esforço da resistência de quem deseja uma pesquisa não alienada a uma única narrativa. As referências utilizadas em um texto mostram se o conhecimento expresso ali está referenciado a um grupo, mesmo que este nicho parcial reivindique para si o lugar do universal.
6. Por fim, é necessário partir da premissa de que, em cada encontro entre pesquisador e sujeito de pesquisa, ambos saem modificados. Portanto, não temos saberes petrificados, e sim paradigmas em movimento, que serão usados enquanto são úteis.

REFERÊNCIAS

- Anzaldúa, G. (2000). *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. *Estudos Feministas*, 8, 229-236.
- Appolinário, F. (2012). *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Cengage Learning.
- Benjamin, J. (1988). *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*. New York: Pantheon Books.
- Chauí, M. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Dumézil, C. (1989). *La marca del caso*. Buenos Aires: Nueva Vision.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad.). Salvador: Edufba (Obra original publicado em 1952).
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Felman, S. (1982). *Literature and psychoanalysis: the question of reading otherwise*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Figueiredo, L. C. M. (2002). A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em psicanálise: o encontro possível. In Queiroz, E. F. & Silva, A. R. (Orgs.), *Pesquisa em psicopatologia fundamental* (pp. 129-142). São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (1998). *A casa dos loucos*. In *Microfísica do poder* (p. 113–128). Graal.

- Freud, S. (2010). O Inconsciente. In Freud, S. *Obras completas, v. 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos*. (P. C. Souza, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916).
- Freud, S. (2011) *Psicologia das massas e análise do eu*. In: Freud, S. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920–1923)*. (pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011). “Psicanálise” e “Teoria da libido” (dois verbetes para um dicionário de sexologia). In Freud, S. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (P. C. Souza, Trad.; pp. 273-308). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (2013). Totem Tabu. In *Obras Completas, v. 11: Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. (P. C. Souza, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2018). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In *Obras completas, v. 19: Moisés e o monoteísmo, Compendio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. (P. C. Souza, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1939).
- Frosh, S. (2010). *Psychoanalysis outside the clinic: interventions in psychosocial studies*. London: Palgrave Macmillan.
- Haraway, D. (1994). Um manifesto para os ciborgues: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Roxo. (Obra original publicada em 1984).
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Honneth, A. (2018). Reificação. In Honneth, A., *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento* (R. Melo, Trad.; pp. 19-129). São Paulo: Unesp.
- Kuhn, T. S. (2003) *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 7. ed. São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1962)
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1991). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Martins, A. S.; Rosa, M. D.; Braga, a. P. M.; Tatit, I. (2013). Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso clínico. Moreira, J.; Guerra, A. M. C.; Souza, J. M. P. (Org.). *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. Curitiba: CRV.
- Martins, A. S. (2017). New methodologies for another perspective: politics and dynamics of recognition in Brazilian war. In Sullivan, G. B., Cresswell, J., Ellis, B., Morgan, M., & Schraube, E. (Eds.), *Resistance and renewal in theoretical psychology* (pp. 1-256). Coventry: Captus University Publications.
- Mezêncio, M. S. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. *Psicologia em Revista*, 10(15), 104-113.
- Mijolla, A. (2005). *Dicionário internacional de psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Rio de Janeiro: Imago.

- Oliver, K. (2004). *The colonization of psychic space: a psychoanalytic social theory of oppression*. London: Minnesota.
- Ramos, S. S., & Piazzolla, M. D. S. (2025, 1 de abril). Especial 8 M – Porque ainda vale a pena usar criticamente o termo mulher. *Anpof*. Recuperado em 22/08/26, em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/especial-8m--porque-ainda-vale-a-pena-usar-criticamente-o-termo-mulher>>.
- Rosa, M. D. (2017). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta.
- Rosa, M. D., Estêvão, I. R., & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, 22(3), 359-369. Recuperado em 22/08/26, em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354>>.
- Spivak, G. (2019). Quem reivindica a alteridade? In Hollanda, H. B., *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

**Methodological Construction Directions for Research in Psychoanalysis:
The Problem of Colonization of Other Fields of Knowledge**

Abstract

Through the problematization of *othering* as a strategy of domination and exploitation characteristic of the capitalist system, this article highlights how science itself participates in this logic by producing subalternized and objectified subjects, positioned as objects to be described and analyzed by a supposedly neutral and universal subject. When inserted into the scientific and university fields, psychoanalysis, like other areas of knowledge, operates inside epistemological disputes that determine what is recognized as legitimate and true knowledge, thereby reproducing, to some extent, the mechanisms of exploitation, expropriation, and objectification inherent to capitalism. Although psychoanalytic ethics is marked by resistance to these processes, within narrative disputes it may nevertheless engage in forms of power maintenance. Feminist epistemology can illuminate points of tension in the construction of methodology in university-based psychoanalytic research. As a way of problematizing this issue, this article proposes imagetic associations in order to make visible methodological tendencies in research, such as “*island research*,” “*servile research*,” “*master research*,” and “*encounter research*.” The latter, inspired by the proposal of a relational ethics, points toward a non-colonizing position in research conducted across distinct fields. Thus, we conceive methodological construction inspired by clinical case formulation as a guiding orientation for engaged psychoanalytic methodologies resistant to colonizing tendencies.

Keywords: Psychoanalysis, Methodology, Feminist epistemology.

**Direcciones para la Construcción Metodológica en las Investigaciones en
Psicoanálisis: El Problema de la Colonización de Otros Campos del Saber**

Resumen

A través de la problematización de la *otredización* como estrategia de dominación y explotación característica del sistema capitalista, se pone de relieve cómo la propia ciencia participa de esta lógica al producir sujetos subalternizados y objetualizados, situados en la posición de objetos a ser descritos y analizados por un sujeto supuestamente neutro y universal. Al insertarse en el campo científico y universitario, el psicoanálisis, al igual que otras áreas del conocimiento, opera en medio de disputas epistemológicas que determinan

lo que es reconocido como saber legítimo y verdadero, reproduciendo, en cierta medida, los mecanismos de explotación, expropiación y objetualización propios del capitalismo. Si bien la ética psicoanalítica se caracteriza por la resistencia a estos procesos, en la disputa narrativa puede incurrir en formas de mantenimiento del poder. La epistemología feminista puede poner en evidencia puntos de tensión para la construcción de la metodología en las investigaciones en psicoanálisis en la universidad. Como forma de problematizar esta cuestión, en este artículo se proponen asociaciones imagéticas con el fin de visibilizar tendencias metodológicas de la investigación, tales como “investigaciones-isla”, “investigaciones-serviles”, “investigaciones-amo” e “investigaciones-encuentro”. Esta última, inspirada en la propuesta de una ética relacional, señala una posición no colonizadora en las investigaciones entre áreas distintas.

Así, entendemos la construcción metodológica inspirada en la construcción del caso clínico como una dirección para las metodologías en psicoanálisis implicado que resisten la tendencia colonizadora.

Palabras clave: Psicoanálisis, Metodología, Epistemología feminista.

Directions de construction méthodologique pour les recherches en psychanalyse : le problème de la colonisation d'autres champs du savoir

Résumé

À travers la problématisation de l'*altérisation* en tant que stratégie de domination et d'exploitation caractéristique du système capitaliste, il est mis en évidence que la science elle-même participe de cette logique en produisant des sujets subalternisés et objectivés, placés dans la position d'objets à décrire et à analyser par un sujet supposé neutre et universel. Lorsqu'elle est inscrite dans le champ scientifique et universitaire, la psychanalyse, à l'instar d'autres domaines du savoir, opère au sein de conflits épistémologiques qui déterminent ce qui est reconnu comme savoir légitime et vrai, reproduisant, dans une certaine mesure, les mécanismes d'exploitation, d'expropriation et d'objectivation propres au capitalisme. Bien que l'éthique psychanalytique soit marquée par une résistance à ces processus, elle peut, dans la dispute narrative, recourir à des formes de maintien du pouvoir. L'épistémologie féministe peut mettre en évidence des points de tension dans la construction méthodologique des recherches en psychanalyse à l'université. Afin de problématiser cette question, cet article propose des associations imagétiques visant à rendre visibles des tendances méthodologiques de la recherche, telles que les « recherches-îlot », les « recherches-serviles », les « recherches-maître » et les « recherches-rencontre ». Cette dernière, inspirée par la proposition d'une éthique relationnelle, indique une position non colonisatrice dans les recherches menées entre des domaines distincts. Ainsi, nous entendons la construction méthodologique inspirée de la

Souza-Martins, A.

construction du cas clinique comme une orientation pour les méthodologies en psychanalyse impliquée qui résistent à la tendance colonisatrice.

Mots-clés: Psychanalyse, Méthodologie, Epistémologie féministe.

Recebido em: 01/09/2025

Revisado em: 28/12/2025

Aceito em: 23/02/2026